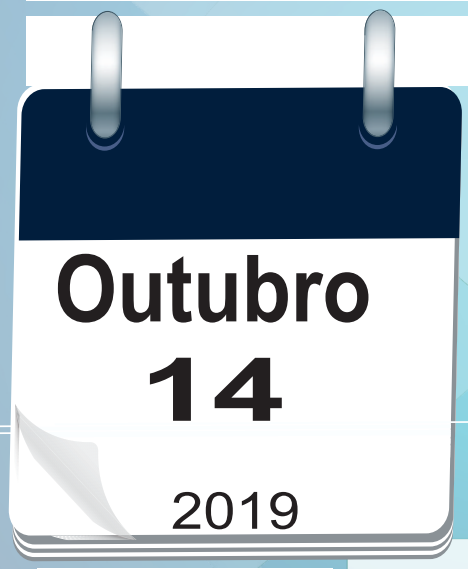
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (12/10)

Agetop fica na mira da polícia

FORÇA-TAREFA Contratos em licitações entre 2011 e 2018 se tornam alvo de investigação; são apurados pagamentos indevidos, dano ao tesouro do Estado e possíveis irregularidades

Jéssica Torres
jessica.torres@opopular.com.br

Wildes Barbosa

Relatório feito pelo Procuradoria Geral do Estado apontou série de suspeitas em contratos envolvendo rodovias sob gestão da antiga Agetop

A Polícia Civil investiga uma série de contratos celebrados entre 2011 e 2018 pela Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), atual Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra). A ação é resultado de um relatório elaborado por uma força-tarefa da Procuradoria Geral do Estado, que após quatro meses de análise de documentação apontou suspeitas de fraudes, com pagamentos indevidos e dano ao tesouro do Estado.

Um levantamento parcial da análise da PGE, enviado com exclusividade ao POPULAR, aponta a abertura de 40 sindicâncias e processos disciplinares para apurar a conduta de servidores da agência e fiscais de obras. Também foram levantadas suspeitas de fraude em licitação de câmeras de videomonitoramento e superfaturamento na construção de um aeroporto.

Entre os principais casos apontados está um contrato de 2018 que previa a instalação de câmeras de videomonitoramento em três rodovias goianas. Já outra obra mais antiga, de 2014, levanta suspeita de diversas irregularidades no projeto de construção do aeroporto do município de Mambaí, na Região Nordeste de Goiás.

Os documentos foram analisados no começo do ano, após a troca da gestão estadual. Os processos em relação aos funcionários seguem em andamento e quando concluídos serão julgados pelo presidente da pasta, Pedro Sales, com aplicação de penas que podem resultar em multa, suspensão e até demissão, segundo nota da agência. "Tudo começou no dia 1º de janeiro, na gestão do Ênio (Caiado) e agora daremos continuidade para apurar as possíveis irregularidades", afirma o titular do órgão. Participam também da apuração a Controladoria Geral do Estado e Polícia Civil.

5,5

milhões, é o valor do contrato de videomoniramento que está sendo questionado pela Goinfra

Um dos cinco procuradores do Estado que analisaram os contratos, Tomaz Aquino conta que foram identificadas muitas ações questionáveis. "Verificamos situações em que os servidores eram pagos antes mesmo da execução da obra", diz.

Aquino relata que também foram identificados trechos deteriorados e, por isso, mais de 100 notificações foram expedidas para as empreiteiras responsáveis retornarem as vias e corrigirem os defeitos. As obras, segundo contrato, possuem garantia quinquenal, ou seja, de cinco anos. Como o prazo não expirou, as empreiteiras são obrigadas a corrigir os problemas identificados. "Estão causando prejuízo aos cofres públicos e à sociedade", afirma.

No relatório, segundo ele, é apontado que, no caso dos defeitos não serem corrigidos, é preciso aplicar medidas contratuais e judiciais cabíveis, como sanções e ressarcimento aos cofres públicos. Ele exemplifica as praças de pesagem. "Todas apresentaram defeitos precocemente", relata o procurador.

Outra ação em andamento é a abertura de quase 30 processos de Tomada de Contas Especial (TCE), que são processos administrativos para apuração de dano ao tesouro. Caso comprovado crime, deverá ser exigido ressarcimento aos cofres públicos de empresas e pessoas físicas suspeitas de terem causado prejuízo ao Estado. "Foram encontradas obras executadas em lugares diferentes, outras sem licença ambiental, ou cobertura contratual", exemplifica.

A polícia Civil diz que não irá se manifestar sobre o caso até a conclusão da investigação. Já o Ministério Público de Goiás, que também recebeu o material segundo Sales, não soube responder sobre o andamento devido a falta do número do processo.

O titular da pasta do governo anterior, Jayme Rincón, questionado em relação aos processos, nega qualquer envolvimento em fraude durante sua gestão na Agetop. "Estão há nove meses buscando qualquer tipo de irregularidade e não acharam absolutamente nada e nem encontrarão", afirma. Ele acusa por sua vez a Goinfra de lentidão na execução de projetos em 2019. "Querem mudar o foco, para não repararmos que trouxeram prejuízo enorme ao Estado com a deterioração da malha viária. Vidas foram perdidas por isso."

Já o atual presidente da Goinfra rebate e diz que o atraso para a execução de obras em Goiás ocorreu devido ao tempo gasto para apurar quais delas não poderiam ter continuidade por possíveis irregularidades. Pedro Sales afirma que os cargos dentro da agência neste ano ficaram vagos mais tempo do que gostariam, mas destaca que as negociações com fornecedores foram retomadas.

Pregões presenciais sob suspeita

A modalidade dos pregões para licitação realizados pela antiga Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) é um dos questionamentos do relatório da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Os procuradores questionam o fato da antiga administração realizar a escolha na maioria das vezes pessoalmente, o que na interpretação da força-tarefa vai contra a lei. Segundo o grupo, para permitir a ampla participação de interessados e assegurar a obtenção de melhores preços para a Administração Pública é obrigatória a utilização do pregão eletrônico "sempre que possível".

O ex-presidente da Agetop, Jayme Rincón, no entanto, diz que sempre agiu dessa forma porque entende ser algo preferencial. "Gosto de ter contato direto com as empresas, não vejo erro nenhum".

Para o Procurador do Estado, Tomaz Aquino, que analisou contratos da pasta, a conduta que deveria ser exceção se tornou regra, o que levantou suspeita. "Há exceção apenas em casos raros em que haja uma justificativa robusta, o que não foi o caso", afirma.

Ele explica que fazer a competição das empresas que podem ser responsáveis por uma obra de forma virtual é fundamental porque abre livre concorrência para todo País. A escolha da forma presencial, segundo ele, limitou a competição e a participação das empresas do ramo de instalação de câmeras em três rodovias goianas, no qual somente duas participaram da licitação onde a Sampa Segurança Eletrônica foi a ganhadora do contrato no valor de R$ 5,5 milhões. Devido as suspeitas, ele explica que até hoje o projeto não foi executado.

Em análise pela Procuradoria Geral do Estado nos contratos licitatórios da extinta Agetop, o contrato de 2018 previa a instalação de videomonitoramento. São elas a GO-020, entre o autódromo e entroncamento da GO-147; a GO-070, no km44, entre Goiânia e saída Inhumas e a GO-080 que liga Goiânia e Nerópolis até a GO-222.

O retalório também destaca o caso da construção do aeroporto de Mambaí, há cerca de 500 km de Goiânia. Entre as irregularidades apontadas está a alteração do local da obra sem aviso prévio no projeto, pagamento indevidos à empresa contratada e construção em área de preservação ambiental, sem licença para desmatamento.

O relatório enviado pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) aponta que existem graves indícios de prejuízo milionário ao Estado. Para solucionar o caso, foram abertos os processos e enviados para apuração. Todos os casos seguem sob investigação na Polícia Civil.

O ex-presidente Jayme Rincón, garante que não houve nenhum tipo de crime. "No caso do aeroporto tínhamos encontrado algumas irregularidades na minha gestão, mas foi solucionado na época", afirma. "Um aeroporto é insignificante perto de tudo que fiz, tornando Goiás a maior malha viária do País."

Caiado recebe alta e deve voltar ao trabalho na terça

SAÚDE Após cinco dias internado, governador deixou hospital em São Paulo no início da tarde de ontem; em vídeo, se diz "firme e forte para começar o trabalho"

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Após cinco dias afastado do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, o governador Ronaldo Caiado (DEM) deve retornar aos compromissos institucionais amanhã. Ele estava internado até ontem no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, onde foi submetido a uma angioplastia com implantação de stent, devido a obstrução moderada em uma artéria coronária (responsável pela circulação de sangue no coração) por uma placa de gordura.

O governador publicou um vídeo nas redes sociais ontem quando estava saindo do hospital. Acompanhado das filhas Maria e Marcela, da esposa, Gracinha, e dos médicos Ludhmila Abrahão Hajjar e Roberto Kalil Filho, Caiado disse que está recuperado. "Graças a Deus, firme e forte para começar o trabalho."

De acordo com Ludhmila, Caiado passou os últimos dias apenas em observação, pois nenhum outro procedimento foi necessário. Em relação ao repouso e recuperação, a cardiologista informou ao POPULAR que o governador já pode voltar ao trabalho. "Só pedimos para que não sejam feitas extravagâncias neste primeiro dia. Na terça ele estará trabalhando normalmente", disse a médica.

Após alta, governador fez vídeo ao lado da esposa, filha e médicos

> *"Só pedimos para que não sejam feitas extravagâncias neste primeiro dia. Na terça, ele estará trabalhando normalmente"*
>
> **Ludhmila Hajjar, cardiologista**

Caiado passou mal no início da tarde da última quarta-feira (9) com dor torácica e foi levado ao Hospital do Coração, no Setor Oeste, em Goiânia, onde passou por uma série de exames, entre eles cateterismo e tomografia computadorizada da coronária.

Apesar de a avaliação ter descartado o diagnóstico de enfarte, a família decidiu transferi-lo para o Hospital Sírio-Libanês sob o argumento de que ele seria acompanhado por Ludhmila, médica do governador há mais de dez anos. Na quarta, a cardiologista esteve no Hospital do Coração.

Em São Paulo, Caiado foi submetido a novo cateterismo e a angioplastia e passou cerca de 24 horas em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Quando estava no quarto, os médicos ainda fizeram uma endoscopia, com o objetivo de descartar problemas no estômago e intestinos. Como o exame não mostrou alterações, Caiado passou os últimos dias apenas em observação.

IRMÃ DULCE

Na manhã de ontem, a primeira-dama postou em redes sociais uma foto no quarto do hospital com o governador enquanto o casal assistia à celebração de canonização da beata irmã Dulce, que ocorreu no Vaticano.

O POPULAR mostrou na semana passada que Gracinha recebeu R$ 19,1 mil de ajuda de custo do Estado para ir a Roma, na Itália, representando o governador na celebração. A primeira-dama estava em um voo para São Paulo na quarta-feira, quando foi informada que Caiado havia passado mal e retornou a Goiânia, cancelando a viagem ao exterior.

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) divulgou que vai apurar o pagamento de ajuda de custo sob o argumento de que a primeira-dama não tem vínculo com o Estado.

O HOJE (12 e 13/10)

Estatais vão receber R$ 108 milhões

Recursos vão para cobrir déficit de 2018 e deste ano na Agehab, Metrobus e Iquego

Venceslau Pimentel

Governo de Goiás enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa para alocar recursos nas empresas goianas

Em socorro financeiro à Agência Goiana de Habitação (Agehab), à Indústria Química do Estado de Goiás (Iquego) e à Metrobus Transporte Coletivo, o governador Ronaldo Caiado (DEM), a pedido da Secretaria de Economia, enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei pedindo autorização para a liberação de R$ 108,49 milhões.

Esse valor é para cobrir déficits dessas estatais, referentes a 2018 (R$ 58,46 milhões) e deste ano (R$ 50 milhões), por conta de despesas com subsídios e subvenções, segundo informação da Superintendência de Orçamento e Despesa da Secretaria de Economia.

Pela propositura, os valores das subvenções econômicas para cobrir déficits e manter as estatais a serem transferidos para as mencionadas estatais serão limitados. Para a Agehab o repasse será de R$ 14,2 milhões, em 2019; e R$ 35 milhões no exercício de 2020.

Para a Iquego, o valor é de R$ R$ 3,7 milhões este ano; e R$ 7 milhões no próximo ano. A Metrobus receberá R$ 2,1 milhões em 2019, e, em 2020, R$ 4 milhões.

O artigo 3º do projeto diz que as subvenções econômicas pedidas pelo governador serão destinadas para a cobertura dos déficits de manutenção das estatais mencionadas, conforme o artigo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal.

O auxilio econômico, explica a propositura, será realizado em parcelas mensais, mediante a prévia apresentação de relatório mensal dos gastos à Secretaria de Economia. Mas há uma ressalva, diz o texto que as transferências das subvenções poderão ser cumpridas parcialmente ou suspensas por decreto, caso as estatais passem a ter receita própria que lhes permitam arcar com o pagamento de seu pessoal ou de seu custeio.

Além do montante para cobrir déficits de 2018 e desse ano, o projeto concede ainda autorização ao governador para a abrir, no corrente exercício, crédito especial à Secretaria de Economia, no valor de R$ 20 milhões, a favor das três empresas, para cobrir despesas com pessoal e de custeio.

Empresa de economia mista, a Metrobus, que tem a concessão do Eixo Anhanguera, cogitou, em junho passado, deixar de operar as extensões das linhas para Senador Canedo, Trindade, Goianira e para o terminal Vera Cruz, em Goiânia. Em síntese, a medida seria tomada para reduzir custos. A operação dessas linhas, pela estatal, fez parte de um acordo, em 2014, com as empresas de ônibus e também com a Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo (CDTC) e a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo CMTC).

Diante da reação de autoridades e de usuários, a ideia foi abandona, mas continua em curso as discussões entre o governo e a prefeitura de Goiânia, para a privatização da Metrobus. A justificativa é de que a estatal não estaria prestar serviços aos usuários de forma eficiente.

Privatização

O mesmo caminho, o da privatização, será tomado pela Iquego, apesar da redução das despesas com custeio e folha de pessoal. O trabalho feito pela direção da indústria farmacêutica é torná-la autossuficiente, com a produção de novos produtos. Criado em 1962, na gestão de Mauro Borges, o laboratório público conta com um parque industrial com mais de 40 mil metros quadrados, situado na região Noroeste da capital.

Conforme o site da Iquego, são produzidos medicamentos para tratamento da Aids, tuberculose, hanseníase, aparelho digestivo, hipertensão arterial, diabéticos e antibióticos. A produção é distribuída em todo o País, provendo, em especial, o sistema único de Saúde (SUS), com medicamentos essenciais à assistência básica de saúde. A capacidade produtiva é de mais de R$ 1 bilhão de unidades de medicamento por ano.

A Agência Goiana de Habitação (Agehab), também uma empresa de economia mista, é responsável pela elaboração e execução das políticas públicas de habitação de interesse social do Governo de Goiás. Por meio de parcerias com o governo federal, municípios e entidades sociais, atua em dois eixos básicos: construção e reforma de moradias e equipamentos comunitários e regularização fundiária urbana. O atendimento é voltado, prioritariamente, para famílias de baixa renda.

Uma das últimas ações da Agehab foi o anúncio da abertura de inscrições para a aquisição de apartamentos em Goiânia, em parceria com o governo estadual. É a segunda etapa do Residencial Porto Dourado, com 496 apartamentos, localizado na região Sudoeste, saída para Aragoiânia. Haverá subsídio de R$ 15 mil por unidade habitacional para famílias que se enquadrem nos critérios do programa estadual, dentre os quais renda de até três salários mínimos e morar ou trabalhar na região metropolitana de Goiânia, comprovando vínculo de no mínimo três anos com o município. **(Especial para O Hoje)**

DIÁRIO DA MANHÃ (14/10)

Contratos de 5,5 mi da Agetop estão sendo investigados sob suspeita

JORNAL POPULACIONAL

A Polícia Civil investiga uma série de contratos celebrados entre 2011 e 2018 pela Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), atual Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra). A ação é resultado de um relatório elaborado por uma força-tarefa da Procuradoria Geral do Estado que, após quatro meses de análise de documentação, apontou suspeitas de fraudes, com pagamentos indevidos e dano ao tesouro do Estado.

De acordo com o site O Popular, um levantamento parcial da análise da PGE, enviado com para o referido jornal, aponta a abertura de 40 sindicâncias e processos disciplinares para apurar a conduta de servidores da agência e fiscais de obras. Também foram levantadas suspeitas de fraude em licitação de câmeras de videomonitoramento e superfaturamento na construção de um aeroporto.

Entre os principais casos apontados está um contrato de 2018 que previa a instalação de câmeras de videomonitoramento em três rodovias goianas. Já outra obra mais antiga, de 2014, levanta suspeita de diversas irregularidades no projeto de construção do aeroporto do município de Mambaí, na Região Nordeste de Goiás.

Os documentos foram analisados no começo do ano, após a troca da gestão estadual. Os processos em relação aos funcionários seguem em andamento e quando concluídos serão julgados pelo presidente da pasta, Pedro Sales, com aplicação de penas que podem resultar em multa, suspensão e até demissão, segundo nota da agência. "Tudo começou no dia 1º de janeiro, na gestão do Ênio (Caiado)e agora daremos continuidade para apurar as possíveis irregularidades", afirma o titular do órgão. Participam também da apuração a Controladoria Geral do Estado e Polícia Civil.